

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Bahia

Class.: 99

Data: 22/08/85

Pg.: \_\_\_\_\_

### Mirandela continua 190 reserva indígena

Terras dos índios kiriri, Mirandela — distrito a 20 quilômetros de Rieira do Pombal — não vai ser transformada em sede de município para branco morar. O projeto do deputado Roberto Cunha (PDS), visando a emancipação do distrito, que deveria ser apreciado ontem pelo plenário da Assembléia Legislativa do Estado, foi retirado pelo autor. Somente depois de diversas alterações — o distrito emancipado provavelmente será Banzaê — o parlamentar voltará a apresentar projeto de emancipação para a região.

Foram muitas as pressões sofridas por Cunha. A principal, partiu do presidente da AL, deputado Faustino Lima, que retirou da pauta de discussões o decreto governamental que dispunha sobre a emancipação de 15 distritos em todo o Estado. As alegações se basearam principalmente, no não cumprimento das exigências legais para a emancipação. Mas, no caso específico de Mirandela, o que contou mesmo foram pressões por parte dos índios (que foram em comissão de 15, à Casa) e dos próprios deputados que compareceram a sessão de ontem

#### ACORDO DE PAZ

Antes da chegada dos indígenas liderados pelo vice-cacique Pataxó Ha-Ha-Hãe Nailton Muniz, o deputado Roberto Cunha deixava transparecer uma tranquilidade excessiva. Garantia que o seu projeto atendia às exigências legais — acompanhado de um abaixo-assinado referendando por 200 signatários, representava o anseio de uma população de 20 mil pessoas. Ainda nessa ocasião, o parlamentar alardeava a potencialidade econômica de Mirandela, e dizia imaginar que a comunidade indígena teria sido consultada ("afinal há mais de dois anos que estamos trabalhando nesse projeto").

Confrontado com as lideranças indígenas, o discurso de Cunha mudou

substancialmente. Informado da disposição do vice-cacique Nailton Muniz "em arrasar Mirandela se o branco insistir em transformar nossa terra em município para branco fazer o que bem entender" anunciou a imediata retirada do projeto. Admitiu equívocos na elaboração do estudo, reconheceu que "Banzaê é até mais forte economicamente" e confessou que os kiriri não chegaram a ser consultados.

Esse clima de paz, no entanto, foi conseguido a duras penas. Ao chegar a AL, os índios foram barrados pela segurança da Casa sob a alegação de que o líder pataxó Ha-Ha-Hãe Dario (de calção e colares) feria o decoro parlamentar que o Legislativo se impõe. Por intermediação do deputado Luiz Humberto (PMDB) a entrada foi permitida, mas esbarrou num obstáculo: as bordunas que os indígenas portavam teriam que permanecer fora do prédio. Com os argumentos de que os instrumentos não passavam de meros elementos de identificação étnica — a explicação foi dada pela antropóloga Maria do Rosário Carvalho e pelo delegado da Funai para Minas Gerais e Espírito Santo, Lucio Flávio Cunha — o impasse foi sanado.

Selando um acordo de paz, o presidente da Assembléia, Faustino Lima, recebeu os líderes indígenas. Ouvia do representante dos Kiriri o índio Daniel, um apelo no sentido de impedir que o projeto de emancipação de Mirandela, onde vivem os 2.312 remanescentes da tribo, seja votado. A questão será analisada, prometeu Lima.

Inconstitucional é como Eduardo Almeida, membro da Associação Nacional de Apoio ao Índio, seção da Bahia, define o projeto de Cunha: "Terras indígenas pertencem a União, e são de usufruto exclusivo dos índios", diz, baseado no artigo 198 da Constituição Brasileira. E mais: "qualquer não índio residente em terras indígenas tem que ser contemplado, com outro local para reassentamento".